



Anais da Assembléia

Nº 169

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 161.ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1.979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 764-A/79, do Sr. LUIZ ANTÔNIO CIRINO MENDÊS, encaminhando cópia da Indicação n.º 281/79, firmada pelo Vereador Dionísio Sandi, da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, objetivando apoio à emenda constitucional do Deputado Hugo Mardini, sobre efetivação dos funcionários contratados com cinco anos de serviço prestado à Administração Pública, bem como aos ocupantes de cargos em comissão. — Ciente. — Arquite-se.

Sob o n.º 2865/79-DL, do Sr. LAVINHO DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, comunicando que aprovou o requerimento do Vereador Maurício Hoffmann, para que determine urgentes medidas para a revogação do aumento concedido para a T.R.U. - Taxa Rodoviária Única - e do recolhimento antecipado do Imposto sobre a Renda. — Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º 2851/79-DL, do Sr. LAVINHO DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, comunicando que aprovou o requerimento de iniciativa do Vereador Atílio Bertochi, de Voto de Repúdio à apreensiva e antisocial medida aventada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, de extinguir o Instituto da Aposentadoria por tempo de serviço, restringindo o direito dos trabalhadores ao merecido gozo, somente por idade, ou seja,

alcançarem: 65 anos, época, em que poucos realmente poderão aproveitar tal direito. — Ciente, Arquite-se.

Sob o n.º 150/79, do Sr. LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO, Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região, na qual informa que foi encaminhada ao Ministro Presidente do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, solicitação no sentido de que seja criada uma Junta de Conciliação e Julgamento na Cidade de Jacarezinho, com jurisdição sobre o Município de Santo Antônio da Platina. — Ciente. Arquite-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA ROSA CLETO CARTAXO, ocorrido no último dia 16, nesta Capital.

Viúva do Desembargador Ernani Guarita Cartaxo, de saudosa memória, o falecimento da Senhora MARIA ROSA CLETO CARTAXO, aos 72 anos, deixa grande consternação nos meios familiares e no grande círculo de amizades, pois, tratava-se de uma figura de grandes predicados o que lhe valeu, em sua existência a admiração de grande parcela da sociedade curitibana ora enlutada pelo seu triste desaparecimento.

Deixa a Senhora MARIA ROSA CLETO CARTAXO, os seguintes filhos: Ernani Guarita Filho, casado com Dona Silene Cartaxo; Maria Rosa Cartaxo Moura, casada com o Sr. Robison Moura e Maria Lúcia Cartaxo Silva, casada com o Sr. Aécio Flávio Silva.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, na Rua Desembargador Motta n.º 1929, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que na ata dos trabalhos do dia de hoje, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Brunetti, ocorrido no dia de ontem, no Município de Iguaçu.

Requerem, outrossim, que da decisão do douto Plenário seja encaminhado ofício à família, em Iguaçu.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.979.

(a) WALDYR PUGLIESI e
RENATO BERNARDI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações pela realização, em Realeza, de 14 a 16 do corrente, do Primeiro Rodeio Crioulo Internacional.

As festas de cunho genuinamente popular são um dos fatores marcantes na formação e preservação da consciência

nacional. Divulgá-las e valorizá-las é nosso dever, pois, o grau de cultura que um povo tem como um dos parâmetros mais eloquentes, o cultivo de suas mais nobres tradições. E o Primeiro rodeio Crioulo Internacional, realizado em Realeza, constituiu-se numa demonstração inequívoca de culto às nossas mais legítimas tradições populares.

Outrossim, requer ainda, que do presente, se dê ciência da decisão ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, ao Sr. Mário Maccarini, coordenador do evento e a toda patronagem do CTG Sinuelo da Saudade, extensivo ao laborioso povo de Realeza.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.979.

(a) TÚLIO ZANCHET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 200/79, (Mensagem Governamental n.º 176/79, Reformulação dos Níveis das Alíquotas do ICM).

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio ratificando pedido para a extinção imediata da cota de contribuição (confisco cambial) incidente sobre as exportações de café.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.979.

(a) PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

Continuamos a luta contra o confisco cambial. Quando vemos as populações abandonarem a zona rural seguindo em direção aos grandes centros, quando vemos os produtores de café desestimulados procurando outros tipos de produção, quando vemos aumentar o índice de desemprego e criminalidade nas grandes cidades, não podemos ficar omissos.

As mazelas causadas pela falta de incentivo ao café são evidentes e ninguém pode negar. É preciso que o IBC reestude toda a sua política sobre a cafeicultura. Como podem afirmar que no próximo ano o nosso País deverá exportar quinze milhões de sacas se neste ano estamos lutando com dificuldades para alcançar a meta de doze milhões e se, ainda por cima, cresce no interior o número daqueles que estão abandonando a cafeicultura.

Há alguns dias atrás, estivemos em Belo Horizonte acompanhando o Secretário de Estado da Agricultura Reinhold Stephanes, onde participamos de importante reunião quando foram, em mesa redonda, debatidos assuntos concernentes à agricultura. Na oportunidade, um dos assuntos que mais chamou a atenção referiu-se ao confisco cambial sobre o café. Estamos sentindo a preocupação de todos os Estados produtores com referência ao confisco.

Diariamente a imprensa nacional divulga que são constantes as reuniões dos cafeicultores para tratar do assunto. O confisco cambial tem sido debatido por produtores do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia e todos são unânimes em afirmar que o mesmo só tem acarretado prejuízos para o País.

No oitavo Encontro Nacional da Cafeicultura, realizado na Cidade de Cássia, Sul de Minas Gerais, chegaram mesmo a afirmar que a maior geadá é o confisco. Vejam os senhores, que essa cidade produziu neste ano cento e vinte mil sacas de café e, por causa do confisco, deixou de arrecadar setenta

milhões de cruzeiros de ICM.

Londrina, uma das maiores cidades do Paraná, em 40 anos teve um crescimento extraordinário em todos os setores graças ao café. Hoje, aquele importante município paranaense sofre as conseqüências danosas decorrentes da falta de estímulo ao produto. Aumentam as favelas na periferia da cidade. E assim, também, ocorre com muitas outras cidades do norte do Paraná, do Nordeste de São Paulo e do Sul de Minas Gerais.

É preciso ressaltar ainda que o preço internacional do café é um poderoso estímulo ao contrabando. É um meio para a exploração da diferença existente com o preço interno. O contrabando do café se tornou no melhor negócio para os que vivem às margens da lei. Vejam: O Departamento de Polícia Federal apreendeu, de janeiro a novembro do corrente ano, mercadorias estrangeiras contrabandeadas no valor de Cr\$... 709.276.808,00 e, somente em três meses de "operação café" iniciada em setembro, apreendeu mais de vinte mil sacas de café no valor estimado de Cr\$ 120.000.000,00.

Tudo isso ocorre em razão da má política desenvolvida pelo IBC. O nosso País, que já foi o maior exportador de café do mundo, hoje está perdendo para a Colômbia.

O café da América Central e da África está sendo preferido pelos importadores ao nosso.

Por tudo isso é que não podemos ficar calados. Já levantamos a voz inúmeras vezes, nesta Casa, contra esta situação e continuaremos a fazê-lo, conjugando esforços com todos aqueles que estão lutando para dar melhores condições à nossa cafeicultura. Silenciar é ver o êxodo do homem do interior. Silenciar é ver o aumento dos bóias-frias. Silenciar é ver o aumento dos desempregados, daqueles que, sem opção, dirigem-se aos grandes centros onde vão passar as maiores dificuldades.

Por isso, novamente, apelamos aos ilustres membros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que apoiem a iniciativa, aprovando o presente requerimento solicitando ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio a extinção imediata do confisco cambial sobre o café.

Esta é, sem dúvida, a única alternativa para que a nossa cafeicultura não venha a se exaurir por completo, ficando, num futuro não muito distante, apenas a saudade desse produto que tantos benefícios trouxe para a Nação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, sugerindo-lhe o imediato aproveitamento do prédio desapropriado da COMPANHIA ESTEARINA PARANAENSE S/A, situado no Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Em razão de requerimento formulado por este Deputado e "não aprovado em plenário", a Liderança do Governo, através dos canais competentes, fez chegar às nossas mãos, a Informação n.º 056/79, da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, datada de 08 de junho de 1.979, dando-nos conta que, em abril de 1976 o imóvel pertencente à Companhia Estearina fora desapropriado por Cr\$ 22.372.973,00 (vinte e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil e novecentos e setenta e três cruzeiros), correspondendo a 157.290,30 UPC.

Segundo aquela informação, o valor inicial foi pago em 06 (seis) parcelas, que atingiram a apreciável cifra de Cr\$... 35.771.677,20; em razão da correção monetária prevista no contrato firmado entre o Estado e a citada Companhia, e outras

03 (três) parcelas seriam pagas até o final de 1.978.

Segundo se depreende da documentação que recebemos, foi concedido um prazo mais do que razoável, de 26 (vinte e seis) meses, para que a área desapropriada fosse inteiramente desocupada, prazo esse SOLICITADO PELA PRÓPRIA COMPANHIA PARANAENSE, EM CORRESPONDÊNCIA DATA DE 18 DE NOVEMBRO DE 1.976.

Todavia, em que pese a atenção extra-oficial dispensada ao nosso requerimento, o fato é que o prazo para desocupação da totalidade do imóvel já está vencido desde o dia 03 (três) de agosto próximo passado, de conformidade com o disposto na cláusula nona da Escritura Pública de Desapropriação Amigável lavrada no Cartório do Bel. José Affonso Alves de Camargo em 03 (três) de junho de 1.977.

Enquanto isso, servidores públicos e parte da população aguardam o funcionamento de creches e outras promessas vinculadas a tal desapropriação.

Todavia, até o presente momento, somente está sendo entregue a já famosa poluição, com insuportável odor que emana daquele local.

Voltamos a afirmar que aquela indústria já prestou relevantes serviços ao nosso Estado, mas, agora está na hora de mudar para local mais apropriado e deixar o que foi regamente desapropriado! ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação as presenças, neste plenário, dos Srs. Ivo Atamanta, Presidente da Câmara de São Miguel do Iguaçu, e Norton Macedo, Deputado Federal.

De acordo com a Resolução n.º 23/69, o expediente da presente sessão será dedicada à comemoração da data da Emancipação Política do Estado do Paraná.

Para tal, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por honrosa incumbência da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa, comparecemos à tribuna hoje, para prestar a nossa homenagem cívica ao Paraná e a sua gente, na oportunidade em que se comemora, em data de amanhã, mais uma data da sua Emancipação Política.

A Emancipação Política do Paraná, na verdade se constitui por justiça à gente paranaense, que fez por merecer, através do trabalho, através da luta que desenvolveu nesta chão, no sentido de dar ao Brasil uma contribuição decidida para a sua sustentação econômica. E nesta região do Paraná e o Paraná, como já diziam outros, é uma síntese do Brasil porque, aqui se congregam homens de todas as raças provenientes de todas as regiões do Brasil e até de outras terras além Brasil, dando a continuidade do seu ardor cívico que se inspirou numa luta traçada para atingir um ideal de progresso, de bem-estar coletivo; e nós no Paraná, paranaenses, quando chamados a defender os interesses do nosso Estado, nos immanamos num só pensamento, despidos de quizilhas pessoais e partidárias, para fazer tremular bem alto a bandeira deste Estado que é a bandeira do progresso, a bandeira da paz e da harmonia.

E o MDB, nesta oportunidade, sente-se honrado em poder levantar aqui a sua voz para dizer a todos os paranaenses que têm cumprido com a sua missão grandiosa de resistência cívica, de resistência pela luta dos direitos fundamentais do povo paranaense!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo aqui a certeza, a fé e a nossa esperança de que o Paraná será sempre o Estado promissor deste País!

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para representar a Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa, concedo

a palavra ao Sr. Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nome do meu Partido, Aliança Renovadora Nacional, cabe-me a honra de saudar o aniversário de Emancipação Política do nosso Estado, o Estado do Paraná que, entre tantos títulos que já recebeu, talvez o que mais signifique para nós todos seja, o de ser chamado de "Terra de todas as Gentes".

Efetivamente, por ocasião da Emancipação Política em 1853, teve como seu primeiro Governador Zacarias Goes de Vasconcelos, nascido no Estado da Bahia. Com este ato, talvez tenha-se iniciado com a emancipação a criação de um caldeamento de gente e de povos vindos de todo o Brasil.

Conhecemos ao longo da nossa história, muitos dirigentes nascidos noutros Estados. Temos nesta Assembléia, para orgulho nosso, também cidadãos vindos de outros Estados da Federação, que fizeram a opção de paranaenses, por amor, por desejo, por vontade de aqui viver, por vontade de aqui sonhar e trabalhar pelo bem desta terra.

De simples passagem que era na condução de gado vindo do Rio Grande do Sul para as lavouras cafezeiras de São Paulo, as paragens que outrora se conduziam entre pequenos botecos e entre postos de trocas surgiram cidades onde se iniciou a economia ervateira, que durante algum tempo formou a economia básica deste Estado, chegando a criar mesmo o ciclo da erva-mate.

Podemos dizer que este produto foi o alicerce da independência econômica do Paraná. Se tivemos em 1853 a independência política, somente a economia viria dar status de uma unidade própria e diferente, a economia cafeeira que fez consolidar definitivamente a nossa independência econômica.

Na região Norte do Paraná tivemos e ainda vemos o florescimento de cidades vindas como que do dia para a noite. Vimos o afluxo de gente de todos os Estados da Federação e de todos os recantos do mundo. Conhecemos o milagre do surgimento de cidades. Há poucos dias ainda lia um livro de Érico Veríssimo, quando ele comentava como a coisa mais extraordinária da civilização israelita o surgimento de uma cidade de quarenta e poucos anos, que se constituía em orgulho daquele Estado, daquela Nação. E, dava suas pinceladas como só o poeta, só o escritor o sabe fazer, mas ao mesmo tempo lembrava que no Brasil nós temos exemplos ainda maiores e mais dignificantes e citava Londrina como exemplo.

Assim, ilustres Deputados, nós temos sobejas razões, mais do que isso. Quando falamos em nome do nosso Estado, é o nosso recanto, é enfim o pedaço que escolhemos para viver.

Assim, fica aqui a mensagem do meu Partido, da Aliança Renovadora Nacional, a mensagem de júbilo, a mensagem de paz, de alegria e de trabalho.

Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro se deseja fazer uso de seu horário.

O SR. DARCY DEITOS — Ocupará o nosso horário o eminente Deputado Renato Bernardi.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por delegação da liderança do MDB, nós queremos fazer um convite e um comunicado à imprensa e população em geral, em nome do Comitê Brasileiro pela Anistia. Comunica à imprensa e à população em geral os seguintes fatos: (Lê)

"Dia 19, quarta-feira, retornará a Curitiba, egresso da clandestinidade na qual se mantém, por motivos políticos, desde 1º de abril de 1964, o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Curitiba, Expedito Oliveira da Rocha. Sua chegada está marcada para às 13:00 horas, na Estação Rodoviária.

— Na mesma data, às 16:30 horas, no Aeroporto Afonso Pena, chegará de um exílio de 15 anos na França, Inglaterra, Argélia e Alemanha, o advogado paranaense Alcidino Bittencourt Pereira.

— Ambos serão recepcionados por familiares, amigos, representantes do CBA e povo em geral. Todos estão convidados a manifestar a solidariedade do povo de Curitiba aos punidos e perseguidos políticos, comparecendo a estas recepções.

— Às 20:00 horas, os dois líderes retomados estarão concedendo entrevista coletiva à imprensa falada, escrita e televisada, na Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, em Curitiba.

— Das 21:00 horas em diante, participarão do "show" que, nesse local, será realizado por artistas curitibanos, em prol da continuidade da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

— A volta da clandestinidade e o retorno do exílio são vitórias dos movimentos populares pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Estas vitórias dão enorme incentivo à continuidade da luta: para que nenhum preso reste na prisão (ou volte a ela, como no caso de Aton Fon Filho), nenhum exilado no exílio e nenhum clandestino na clandestinidade; para que se esclareçam os casos de mortos e desaparecidos; para que cessem, de uma vez para sempre, as perseguições e punições por atividade política."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna desta Assembléia para encaminhar um requerimento que retrata uma situação gravíssima na cidade de Maringá. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, preenchidas as formalidades regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Sr. Secretário da Segurança Pública, ao Sr. Diretor de Polícia Civil e ao Setor de Controle de Explosivos da 5ª Região Militar, solicitando providências urgentes quanto aos problemas criados em Maringá pela deflagração de uma guerra aberta entre grupos rivais de exploração do "jogo do Bicho" na qual estão sendo utilizados até explosivos e petardos, conforme denúncia estampada no Jornal anexo.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1979."

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Causa espanto que o Diretor da Polícia Civil vá à um programa de grande audiência na televisão paranaense, para em nome dos órgãos da Segurança Pública do Paraná, tentar "tapar o sol com a peneira" e mostrar que a repressão do jogo do bicho e desta contravenção penal, está sendo realizada no Paraná

Quando se andando por todas as cidades do Estado, até os engraxates de rua sabem como está sendo feito o jogo e por quem está sendo.

E, agora, mais do que isso, no Norte do Estado, além dos grupos exploradores paranaenses, começam a surgir, também, grupos paulistas e de outros lugares do Brasil, que vêm explorar o mercado de alto poder aquisitivo que é o Norte do Estado. E, na edição de hoje, o "Jornal de Maringá" estampa a seguinte manchete:

"Bombas explodem no quartel general do bicho. Só a Polícia do Paraná não sabe onde é. Somente os órgãos de segurança não sabem."

Segundo as denúncias desse jornal, denúncias de conhecimento público, da opinião pública de Maringá e da região, duas grandes bombas, com material explosivo que deveria ser controlado pelos homens das Forças Armadas, foram detonadas e explodidas às portas de duas fortalezas rivais de jogo de bicho.

Primeiro numa fortaleza, em represália, os homens ligados a outro grupo, a outra fortaleza, explodem mais um petardo na sede do grupo rival.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ninguém toma qualquer tipo de providência: a Polícia Militar joga a culpa em cima da Polícia Civil. Esta diz ignorar simplesmente o problema que existe. E o povo de Maringá vive horas de incerteza e de insegurança. Porque, hoje, a nossa região está passando pelos mesmos dias negros do começo da década de 30, tanto no setor social e econômico, como no de segurança pública.

E é um absurdo, Srs. Deputados, que, em pleno final de Século XX, a contravenção penal, em Maringá, esteja de tal forma armada e estruturada, inclusive, utilizando-se de dispositivos que são privativos das Forças Armadas, para tentar intimidar os grupos contrários. E é claro e sabido que, no caso da implantação do jogo do bicho, com a devida corrupção nos órgãos que deveriam controlar a situação em nossa cidade, junto com ele vem também o germe da destruição da honestidade e também o relaxamento dos costumes públicos da nossa região.

Não bastasse isso, agora Maringá assiste estarrecido uma confederação de bicheiros que está se unindo, se armando e se guardando com guarda-costas, com uma guarda particular para fazer frente a outros grupos que estão vindo de outros Estados, para tentar explorar esse negócio que deve ser altamente rendoso, porque ele existe, há tanto tempo, em Curitiba, existe em Londrina, existe em Maringá, existe em todo o Paraná. E apenas o Governo do Estado, através de seus órgãos de Segurança Pública, faz de conta que ignora e não tem como tomar uma providência.

Mas, altas horas da madrugada, a população de Maringá é acordada com a detonação de explosivos de alto teor, destruindo uma fortaleza de jogo de bicho. E lá está o Serviço de Segurança mantido pela Secretaria de Segurança Pública, em Maringá, sendo o único órgão, o único setor, a não ouvir a explosão, a não ver o prédio destruído, a não ver os homens armados a correr pela cidade.

Uma semana depois, uma nova e poderosíssima detonação se ouve nos céus de Maringá, em plena madrugada. E mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas a Delegacia de Polícia, apenas a Secretaria de Segurança Pública, à semelhança do avestruz que enterra sua cabeça nas areias do deserto, é o único órgão a não ter ouvido a explosão, a não ter visto a fortaleza destruída e a não perceber a intranquilidade da família maringaense.

Deve estar correndo muito dinheiro para que tamanho sintoma de surdez se instale de uma hora para outra, nos órgãos de segurança, nesses órgãos de segurança que eram capazes de captar à distância de 15 a 20 dias, uma reunião de estudantes, para reorganização de um diretório acadêmico.

Mas, hoje, não conseguem escutar a explosão de uma bomba de dinamite, capaz de derrubar um prédio.

É esquisito, é impressionante, como pode este sintoma de surdez tomar conta dos homens da segurança pública da nossa cidade, quando uma segunda bomba detona, com explosivo privativo das Forças Armadas, e esses mesmos órgãos de segurança, Srs. Deputados, que foram tão capazes e tão eficientes, em ler pensamentos de homens que discordavam da ditadura implantada no País, entretanto não têm ouvidos para ouvir o barulho que hoje coloca em clima de pânico e de insegurança, e, acima de tudo, em clima de incerteza, toda a população pacata, ordeira e trabalhadora de Maringá.

É evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se está implantando em todo o Estado do Paraná, com a conivência, talvez, com a omissão, certamente, dos órgãos de segurança pública, está se implantando um verdadeiro reino de corrupção. E, com ela, Srs. Deputados, todo o edifício da Segurança Pública estará corroído pela dissolução, e, acima de tudo, pelos braços cruzados dos agentes de segurança que, ao ver um setor da Segurança Pública todo minado, não vê também razões

para expor a sua própria vida, para dar outro tipo de segurança à nossa população.

Acho, Sr. Presidente, Srs Deputados, que esta denúncia tem que ser levada a sério, e a população de Maringá espera providências do Governo do Estado, para que, finalmente, as nossas famílias não tenham o seu sono sobressaltado com explosões de dinamite de alto teor em plena madrugada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Ocupo esta tribuna para enaltecer um ato de descortino político e acentuado espírito público. Trata-se de importante medida, adotada através de Decreto assinado pelo Governador Ney Braga, estabelecendo critérios que devem nortear os processos de licitações e concorrências em que vierem a participar empresas do Estado do Paraná.

Todos sabemos, e acompanhamos diariamente pelos jornais, as queixas que fazem os Estados do Norte, Nordeste contra o Centro-Sul: a gritante desigualdade, a ausência de critérios ou de políticas do Governo Federal visando a descentralização industrial, comprometendo, no aspecto econômico, o sistema federativo.

O Estado do Paraná, embora desenvolvido, tem visto suas empresas sofrerem prejuízos quando, diante de processos administrativos de licitação, se põem frente à frente com empresas sediadas em outros Estados.

Esses prejuízos, e a desigualdade decorrente, se verifica notadamente no aspecto fiscal, do Imposto de Circulação de Mercadorias.

A empresa de outro Estado, quando participa de processo de licitação no Estado do Paraná, recolhe o imposto à base de uma alíquota interestadual de 11%. Acontece que a empresa paranaense, ou mesmo a empresa de outra origem que mantenha estabelecimento fabril no Estado do Paraná, deverá fazer esse recolhimento com base na alíquota estadual de 14%.

A conclusão a se tirar desses dois fatos é simples: o preço apresentado por empresas de outro Estado é mais convidativo, mais estimulante à autoridade que preside o processo de licitação. Dessa redução do preço e da adjudicação da obra objeto da licitação à empresa sediada em outro Estado da Federação implica, igualmente, em retirar do próprio Estado os recursos provenientes da receita fiscal.

De outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há o afastamento das forças do trabalho e do capital paranaenses dos benefícios decorrentes de prestação de serviços ao Poder Público.

Ciente dessa realidade e preocupado com as desigualdades do sistema vigente, o Governador Ney Braga assinou importante Decreto, protegendo, com muita justiça, o comércio e a indústria do Paraná.

Pela nova sistemática, nas licitações para prestação de serviços, promovidas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, deverá ser aplicada redução de 10% (dez por cento) do valor de propostas de empresas sediadas no Paraná, para efeito de cálculo no confronto com propostas apresentadas por empresas de outros Estados. Critério, aliás, a ser aplicado nas licitações para aquisição de bens, em favor de fornecedores sediados no Paraná e, da mesma forma, nos casos em que os fornecedores de outros estados ofertarem bens produzidos fora do Paraná concorrendo com mercadorias similar produzida em nosso Estado.

Essa importante medida do Governador Ney Braga, recompõe o poder competitivo do comércio e da indústria paranaenses. Fica fortalecido o nosso empresariado. A oferta de empregos poderá ser aumentada pela maior produção de bens. A receita tributária proveniente do ICM ficará dentro do

Paraná.

Devo destacar, ainda, o empenho que estão fazendo o Secretário da Administração, Vilson Deconto, e o Secretário da Indústria e Comércio, Fernando Fontana, reunindo com frequência representantes das classes empresariais, localizando as suas dificuldades e melhor ajustando o seu relacionamento com o Governo do Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vejo nesta inteligente decisão do Governador do Estado, clara manifestação de apreço pelos empresários paranaenses e profunda preocupação com o equilíbrio econômico e social do nosso povo."

Devo também destacar que, reconhecendo a amplitude desta medida, o Governador recebeu, ontem, no seu gabinete, representantes das classes empresariais paranaenses, presidentes de várias federações, que foram levar ao Sr. Governador a sua manifestação de agradecimento por esta atitude adotada através de Decreto firmado por Sua Excelência e por todos os Secretários de Estado.

Devo mencionar também que, esta era uma medida há muito tempo reclamada, porque padeciam as nossas empresas, pelo diferencial do Imposto de Circulação de Mercadorias, quando licitações eram realizadas no Paraná, nós observávamos que, mesmo às vezes com qualidade inferior, empresas sediadas em outros estados brasileiros aqui vinham e arrebataavam as concorrências públicas, tirando o grande poder que deveria ser concentrado — como agora o será — pelas empresas paranaenses responsáveis pela manutenção de um permanente mercado de trabalho, responsáveis pela ativação do setor econômico do nosso Estado, e vê-se, portanto, agora, que, com a mesma sensibilidade do seu primeiro governo, quando então recomendara ao Departamento de Compras do Estado, que desse preferência ao empresariado paranaense, o Governador Ney Braga, através de decreto, formalmente protege em boa hora a indústria e o comércio do Paraná.

Este sentimento paranista colocado nesta sua decisão, precisa e deve ser exaltado da mesma forma como nós o fazemos desta tribuna; os empresários paranaenses conscientes das suas responsabilidades o fizeram ontem no Palácio do Governo e o farão presentemente, brevemente, publicamente para que o Paraná saiba que aqui temos felizmente um Governador que protege os nossos legítimos interesses.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Peço desculpas a Vossa Excelência por interferir no brilhante pronunciamento que faz. Estranho que somente agora os empresários e as entidades representantes de classe tenham se acordado para o problema.

Na verdade, nós de há muito estamos sentindo que as nossas entidades de classe não estão atuando, desempenhando o seu papel como devem. Têm-se comportado omissa e de uma forma apenas de aplausos às autoridades constituídas. Nós não vemos porquê as entidades de classe, diante de uma medida governamental, venham a manifestar agradecimentos às autoridades administrativas. Porque, a meu ver, os atos de administração é obrigação das autoridades administrativas praticarem. Então, eu até fico estranhando que, quando o Presidente da República baixa um Decreto, para atender determinados anseios de determinada classe, ou o Governador do Estado, ou um Secretário de Estado, imediatamente vem aqueles representantes de classe sem um debate sequer junto à classe que representa, já trazer sem um maior estudo a sua manifestação de agradecimento às autoridades.

Fico estranhando que quatro presidentes de entidades de classe de nosso Estado, num problema que há muito tempo e como diz Vossa Excelência vem se arrastando em prejuízo dos empresários paranaenses, há muito tempo, eles que sentem o problema na carne não tenham se manifestado e resolvido, levando esse problema para a solução das autoridades adminis-

trativas. E agora corram lá para agradecer como se fosse um favor que o Governador do Estado está fazendo.

Porque eu acho que isso, se o Decreto é importante e acredito que seja, nada mais, nada menos do que uma obrigação do Governador do Estado fazer, porque vem de encontro aos interesses do próprio Estado como Vossa Excelência disse, em melhorar a arrecadação de I.C.M.

Se melhora posições das nossas empresas, melhora também condições de arrecadação do Estado. Então porque já correrem empresários às portas do Palácio Iguaçu para levar agradecimentos e fazer essa balbúrdia publicitária que nós estamos vendo em televisões e jornais, de forma que eu não me refiro a Vossa Excelência. Vossa Excelência está realmente desempenhando o seu papel de Deputado, e, naturalmente, louvando uma atitude que deve ser louvada como político que Vossa Excelência é, representante do povo e aqui Vossa Excelência está desempenhando com dignidade o seu papel. Agora, o que eu censuro e há muito tempo venho observando, é a omissão desses representantes de classe, que jamais se levantaram para defender os interesses da classe que eles tem obrigação de defender. Eu também, como industrial, modesto industrial que sou, tenho sentido os problemas e a omissão da classe, e uma classe pode ser mais uma legião de falidos e subservientes, porque no Brasil inteiro não existe industrial em condições de sobrevivência, mas o que eles são, os subservientes vivem a bajular atos do Governo, quando recebem uma nesga de benefícios, correm imediatamente aos pés daqueles que têm obrigação de praticar os atos administrativos que vêm em favor, não só do empresário, mas em favor do próprio Estado, como é o caso do decreto a que Vossa Excelência se refere.

Portanto, Deputado Ailton Cordeiro, peço desculpas a Vossa Excelência mas era um pronunciamento que eu gostaria de ter feito hoje nesta Casa, mas devido a contratempos, não pude fazer e eu tomei a liberdade de me inserir no pronunciamento de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Lineu Turra, o aparte de Vossa Excelência, dá-me o ensejo, inclusive, de dizer que desde o momento em que assumiu o Governo do Estado, o Sr. Ney Braga, determinou aos Secretários da área econômica, que mantivessem contato permanente com os setores representativos da economia do nosso Estado: Comércio, Agricultura, Indústria e este decreto, Senhor Deputado Lineu Turra, é resultado de uma série de reuniões que várias Secretarias têm mantido setorialmente com representantes da atividade econômica paranaense.

Portanto, creio que Vossa Excelência incorre neste seu aparte, numa injustiça muito grande, não só porque os empresários não foram correndo levar louvores ao Governo, mas como também porque desde o princípio, o Governo estava atento para esses problemas, porque não se dissocia a administração pública, da iniciativa privada e porque, modernamente, o Estado só pode se desenvolver, se houver a soma dos esforços do Poder Público e da iniciativa privada, e é dentro deste espírito que o Governo atuou ao editar o decreto que protege a indústria e o comércio paranaense.

Cria Vossa Excelência, que não só o Governo esteve atento a esse problema, mas como também, atentos estiveram sempre os líderes empresariais que acabaram por obter, não uma concessão do Governo, mas uma medida justa que beneficia a sociedade do Paraná como um todo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 170/79), alterando a Organização e Divisão Judiciária do Estado, com a finalidade de adaptá-las às disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Parecer FAVORÁVEL e EMENDA da C.C.J., por maioria. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Ao referido projeto foram apresentadas as seguintes emendas. (Lê):

“EMENDA SUPRESSIVA N.º 01

Ao Projeto de Lei n.º 199/79

No art. 159, “caput”, suprima-se as expressões:

“Só admitido em Comarca de Igual Entrância”...

No art. 164, “caput”, suprima-se as expressões:

“Em Comarcas da Mesma Entrância”...

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1979.

a) GABRIEL MANOEL

Apoiamento: RENATO BUENO, TADEU LÚCIO MACHADO, AGUINALDO PEREIRA LIMA, RENATO BERNARDI, JURANDIR MESSIAS, CYRO MARTINS, AUGUSTO CARNEIRO, QUELSE CRISÓSTOMO, ERONDY SILVÉRIO e JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Tem por escopo a emenda ora proposta, ainda dentro da filosofia da Lei Orgânica da Magistratura, estabelecer na carreira de Serventuários da Justiça a oportunidade de alçarem-se em posições mais elevadas, além das entrâncias a que servem, possibilitando-lhes, inclusive, a terem o natural, não raro e merecido acesso às comarcas mais elevadas e, finalmente, à capital do Estado.

EMENDA N.º 02

Ao Projeto de Lei n.º 199/79

Acrescente-se onde couber:

“Ao magistrado em disponibilidade não punitiva quando aproveitado, nos termos da lei, são assegurados todos os direitos e vantagens inerentes à carreira”.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1979.

a) LINEU TURRA

Apoiamento: GERNOTE KIRINUS, DARCY DEITOS, WALDYR PUGLIESI, FUAD NACLI, TRAJANO BASTOS e VALDUGA.

EMENDA N.º 03

Ao Projeto de Lei n.º 199/79

O Art. 114, fica acrescido do seguinte § 3.º:

“Art. 114 —

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º — Aos Magistrados em disponibilidade não punitiva, quando aproveitados, são assegurados todos os direitos e vantagens inerentes à carreira.”

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO

FUAD NACLI

VALDUGA

EMENDA N.º 04

Ao Projeto de Lei n.º 199/79

Art. 1.º — Suprima-se do Título III a expressão “Promoção”.

Art. 2.º — O Art. 159, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 159 — A remoção dos titulares de Ofícios far-se-á mediante indicação em lista triplíce, quando praticável, organizada pelo órgão especial do Tribunal de Justiça e por ato do Governador do Estado, e somente no interesse da Justiça, observada a seguinte ordem de preferência:

I — Os titulares de Ofício de igual natureza; e

II — Os titulares de Ofícios diversos.”

Art. 3.º — Suprima-se do Título III, as expressões “Capítulo II” e “Das Promoções”.

Art. 4.º — Suprima-se o Art. 160.

Art. 5.º — O Art. 161, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 161 — Vago o Ofício, o Juiz de Direito fará comunicação ao Presidente do Tribunal de Justiça, que determinará à Secretaria a expedição de edital, convocando os interessados à remoção, pelo prazo de vinte (20) dias.

§ 1.º — Os pedidos deverão dar entrada, no prazo previsto, na Secretaria do Tribunal e, reunidos em uma só autuação, serão encaminhados ao Corregedor da Justiça para parecer.

§ 2.º — Será excluído o pretendente que houver sofrido pena disciplinar, salvo se decorrido mais de um ano da data da punição.

§ 3.º — É assegurado ao Serventuário da Justiça afastado de suas funções, no exercício de mandato eletivo, usar das prerrogativas dos Capítulos I, II e III do Título, desta Lei, sem prejuízo de suas funções.”

Art. 6.º — Suprima-se do Art. 163 e do seu parágrafo único, as expressões “ou a promoção”, adaptando-se a redação para o singular.

Art. 7.º — Suprima-se do Art. 165, as expressões “e promoção”, incluindo-se a conjunção aditiva “e” entre as expressões “remoção e permuta”.

Art. 8.º — Suprima-se do parágrafo único do Art. 165, as expressões “concedida a remoção prioritária no caso, considerar-se-á prejudicada a promoção”.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1979.

a) RENATO BUENO e VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

As emendas propostas excluem o preenchimento de cargos de titulares de Ofícios de Justiça e de Oficiais de Justiça, por via de promoção.

Justifica-se tal exclusão pelo simples fato de que, dentro do Quadro Geral de Servidores do Poder Judiciário, em questão são previstos, de acordo com a sistemática do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, com características de cargos isolados e não de cargos de carreira, pois, o referido diploma — como o seu anteprojeto de adaptação à Lei Orgânica da Magistratura Nacional — são inteiramente omissos no que diz respeito à constituição de carreira, ou carreiras agrupando as suas diversas categorias. Ora, óbvio é que, onde não existe carreira, dentro da técnica administrativa não pode-se, por questão de lógica, admitir-se ou prover-se a possibilidade de promoção. Para que se possa falar em promoção, ter-se-á que pressupor a existência de uma carreira constituída dentro dos moldes da boa técnica administrativa. E essa ou essas carreiras não existem e nem estão tendo a sua criação proposta pelo anteprojeto, pelo menos dentro das normas e da doutrina do Direito Administrativo, ou seja, agrupando cargos da mesma natureza com idênticas atribuições, responsabilidades e remuneração, princípio básico para a constituição de uma carreira.

Pelas simples razões expostas é que apresentamos essas emendas, procurando evitar que em projeto de lei a ser proposta por este egrégio Tribunal ao Poder Legislativo, contenha disposições prevendo uma forma de preenchimento de cargos que, data venia, fere e vai de encontro aos princípios e requisitos básicos do instituto da promoção, segundo as normas e doutrina do Direito Administrativo pois, está admitindo — o anteprojeto a promoção inclusive para cargos de natureza e atribuições diversas.

EMENDA N.º 05

Ao Projeto de Lei n.º 199/79

Art. 167, inciso VI, passa a ter a seguinte redação:

“VI — Observar-se-á a regra do inciso anterior quanto à

distribuição entre os ofícios de Protestos de Títulos; quanto aos ofícios de Registro de Imóveis, a distribuição especificará as respectivas competências, de acordo com a divisão circunscripcional da Comarca”.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1979.

aa) PAULO CAMARGO,

FUAD NACLI e VALDUGA”

— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado, pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, dado o elevado número de emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 199/79 em segundo turno e como a Casa está apreciando essa matéria em convocação extraordinária e regime de urgência, para que não haja necessidade de retorno do Projeto de Lei n.º 199/79, à Comissão de Justiça, para apreciação das emendas, requiro aV. Ex.ª a suspensão dos trabalhos por 15 minutos, a fim de que a Comissão de Justiça possa efetivamente analisar as emendas apostas ao referido projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e suspende a sessão por 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está reaberta a sessão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 199/79, ressalvadas as emendas. — **Aprovado.**

Em votação a Emenda Supressiva n.º 1. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 2. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 3. — Face à aprovação da Emenda n.º 2. — **Prejudicada.**

Em votação a Emenda n.º 4. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 5. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda Modificativa, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. — **Aprovada.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 176/79), que dá nova redação ao “caput” e incisos I e II do artigo 8.º, da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1972, alterados pela Lei n.º 6859, de 28 de dezembro de 1976. (Reformulação dos níveis das alíquotas do I.C.M.). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos. (Lê): “Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pretende o Governo do Estado alterar o “Caput” e os incisos I e II do Art. 8.º da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1972, com redação dada pelo Art. 1.º da Lei n.º 6859 de 23 de dezembro de 1976, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 8.º — São as seguintes as alíquotas do ICM:

I — Para as operações internas e interestaduais:

a) 15% (quinze por cento) em 1980;

b) 15,5% (quinze inteiros e cinco décimos por cento), em 1981;

c) 16% (dezesseis por cento) em 1982 e subseqüentes.

II — Para as operações de exportação, 13% (treze por cento).

Baseia-se a presente pretensão de reajustar os níveis da alíquota do ICM, aos índices máximos autorizados pela resolução 129 de 28 de novembro de 1979 do Senado Federal, relativa a Circulação de Mercadorias.

E, é aqui que temos a nossa primeira discordância, pois trata-se de uma medida autorizada pelo Senado Federal, o que mais uma vez vem a confirmar o “centralismo de poder”, vem demonstrar a perda pelo Estado de sua autonomia de lançar os seus tributos de acordo com as suas peculiaridades, ficando sempre sujeito ao poder central, que têm em última análise des-

truído todas as pretensões de auto-determinação dos Estados e Municípios, ficando para si com a maior parte da renda, não deixando dessa forma o Estado se liberte e que seja forte economicamente, e sim fique sempre à mercê e dependência, do Governo Federal que usa e abusa dos destinos do mesmo Estado.

Esse centralismo foi trazido com a famigerada Lei Tributária de 1965 (emenda Constitucional n.º 18), a qual causou e causa hoje, principalmente prejuízos inestimáveis e inmensuráveis aos Estados Brasileiros e aos nossos municípios, que estão a amargar sua falência, onde seus governadores e prefeitos são meros "mestres de cerimônia" do Poder Central, poder este que realmente soube enfraquecer a autonomia dos Estados e Municípios, reduzindo-lhes de tal maneira a competência tributária que hoje, as legislações estaduais e municipais são ou estão impossibilitadas de regular as situações peculiares, regionais ou locais, e de servirem satisfatoriamente como instrumentos de redistribuição de riqueza. Como meio extra-oficial, o tributo passou a servir somente aos objetivos do Governo Federal.

É hora portanto, do Poder Central vislumbrar um Estado e um Município forte, deixando de centralizar todos os meios tributários e entregando a quem de direito o seu produto de arrecadação.

Outro fato que temos a lamentar é que a presente majoração nas alíquotas do ICM, não venha a favorecer o povo de nosso Estado, pois como é sabido por todos, o nosso Estado é essencialmente agrícola, e o critério do valor adicionado, previsto pelo Decreto 1.216 de 1972, para distribuição das parcelas do ICM, é, na prática, de difícil apuração, sendo mantido, por outro lado, inacessível às comunas interessadas. E sendo nossos Municípios também agrícolas em sua maioria a evasão dos controles é quase total, já que os produtos primários, são diferidos na origem, só passando a serem tributados após a sua industrialização ou exportação.

Não há meios ao município verificar a exatidão dos critérios de distribuição, bem como a falta dos dados e informações, impede às autoridades municipais a verificação da parcela do ICM que lhes é atribuída.

Outro problema que aqui temos que obrigatoriamente levantar é o estreitamento do "Campo de Incidência do ICM", devido, principalmente, à concessão de isenções, créditos fictícios, diferimentos, anistias, remissões, reduções de alíquotas, diminuições da base de cálculo e outros, isto em virtude de Leis Complementares Federais, e principalmente de convênios celebrados entre os Estados, sem qualquer consulta aos Municípios, os quais são os únicos interessados, pois não são compensados pelas perdas correspondentes em suas receitas.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o maior prejudicado com o aumento das alíquotas do ICM, em suma, não é o Poder Central, não é o Estado, nem mesmo o Município, pois esses irão receber as benesses do aumento ora proposto, o grande prejudicado pelo aumento das alíquotas em questão, é o "consumidor", e consumidor é povo sofrido em todas as formas e matizes. Resta-nos registrar, agora e aqui que o presente aumento acarretará sem sombra de dúvidas, um aumento inflacionário e um aumento no custo de vida, que vem mais uma vez sacrificar nosso povo.

Sabemos que o Estado para cumprir os seus programas de trabalho tem que usar desta medida, mas nem uma medida é acertada quando vem novamente trazer o achatamento do poder aquisitivo do povo, porque na realidade ele é o grande pagador de todos os impostos, e será ele novamente que irá pagar o acréscimo das alíquotas do ICM.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, há pouco, tivemos oportunidade de proferir, num aparte, críticas à omissão dos representantes da clas-

se empresarial, do Estado, do Brasil inteiro, porque eles não estão, realmente, desempenhando seu papel de defender a classe que representam e também a sociedade. Porque, em última análise, os empresários também representam a sociedade.

E veja bem, nobre Deputado, que a pretensão de se aumentar, através dessa Mensagem, a alíquota do ICM, é mais um encargo que se vai colocar sobre os ombros do empresariado nacional, numa conjuntura difícil porque passa o empresariado...

O SR. DARCY DEITOS — E o empresariado fazendo o repasse para o consumidor.

O Sr. Lineu Turra — Exatamente.

Mas, queria começar pelo empresariado, mostrando que, principalmente as pequenas e médias empresas, são as mais sacrificadas, porque essas justamente, não dispõem de capital de giro para as suas atividades e não pode captar giros mesmo, porque nós sabemos que os empréstimos bancários, as obrigações que assumem através dos empréstimos, dificilmente são suportáveis, em virtude dessa famigerada correção monetária que existe aí.

Nós temos verificado que empresas que contraíram empréstimos através desses organismos de créditos oficiais, BADEP, BRDE, são empresas que parece até que — e eu diria — é como aquele que ficou leproso. Nunca mais vai sarar e essas empresas estão aí. Empresas que eu conheço há 20 anos, sempre com aquela plaquinha do BADEP, até pagando aluguel pela placa, para sustentar a placa, para comprovar que realmente BADEP-BRDE co-proprietários dessa empresa.

Então, nós temos verificado e disse que esses representantes de classe que, justamente, quando recebem uma nesga de benefícios através de um ato administrativo, de um decreto de um Secretário ou mesmo do Governador, correm lá agradecer, mas nunca se manifestam exatamente numa situação como essa.

Acho que o ICM é um imposto dinâmico. Ele evolui na mesma proporção em que evoluem os preços, porque nós estamos numa situação inflacionária, em que os preços estão evoluindo e em consequência sendo o ICM um imposto dinâmico, ele também evolui. A arrecadação sempre vai aumentando em consequência do preço do principal. Então não vejo porque se aumentar as alíquotas, porque acho também que não é hora de se aumentar, porque o Governo diz que está preocupado, o que eu não acredito, porque nós sabemos que o Governo diz uma coisa e faz outra, ao contrário.

O que nós temos constatado ao longo desses 15 anos, que o Governo diz uma coisa e faz outra, inclusive combate o comunismo e faz o jogo dos comunistas. Essa é a verdade, porque dizem até que no regime que nós estamos, basta virar o machado, já entramos no comunismo.

Pois é. Então, no ICM o que vai acontecer é isso. Vai ser repassado para o consumidor. Vai onerar mais a mercadoria, se repassado, para o consumidor, mas acontece também que vai trazer sacrifícios, principalmente para a pequena e média empresa, que vai precisar de mais dinheiro para atender as suas obrigações tributárias, porque maiores são os encargos para ela e nós estamos verificando que as falências e concordatas neste último ano, parece que quase duplicaram. É uma coisa fabulosa, as falências e concordatas que estão acontecendo. Então, é preciso que o Governo atente para esse particular e eu acho que já é hora de se procurar corrigir as situações e distorções e os erros que se têm praticado na administração pública com esbanjamento de dinheiro e inclusive através de verbas publicitárias. Então aí os jornais a denunciar e ainda domingo "O Estado de São Paulo" denunciou aquele festival de gastos publicitários feitos pelo Ministro das Minas e Energia. Quer dizer, isso é caso de polícia. O dinheiro que se tem gasto em publicidade neste País, é caso de polícia, mas o povo é quem paga e aqueles não só fazem...

O Sr. Delfin Neto ainda há pouco, o mesmo "O Estado de São Paulo" denunciou o festival de gastos que ele fez na montagem de um painel, não me lembro onde, até, mas que gastou uma fábula de 250 milhões de cruzeiros. Quer dizer, então não adianta cobrar imposto do povo e jogar. Entra o dinheiro pela porta e é jogado pela janela. Acho que é hora do Governo repensar no problema tributário. Chega a taxa rodoviária, essa extorsão que se praticou aí. E ainda o Ministro Delfin tem a cara-de-pau de vir à televisão e dizer que os impostos e as obrigações tributárias que estão se impondo à Nação não refletem no custo de vida; como essa vergonha que se praticou aí com a desvalorização do cruzeiro, onde pessoas se beneficiaram porque houve o vazamento com dias antecipados e correram a fazer empréstimos aos afilhados do Governo, deste Governo que está desgraçando este País. Está levando este País à miséria e até para um conflito que ele mesmo está provocando.

É hora do Governo tomar consciência dos atos errados que está praticando.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência, Deputado Lineu Turra, com esta inteligência peculiar aqui nesta Casa, coloca muito bem. Esses homens precisavam ter vergonha na cara. Porque, folheando dias atrás uma revista, dizia que os anos 70 foram os anos do sufoco geral. E eu diria que o ano de 79, foi o ano do desespero, dos incompetentes que assaltaram esta Nação no golpe militar de 31 de março de 1964. Porque nunca vi tanta incompetência, Deputado Lineu Turra.

Se Vossa Excelência verificar o ano de 79, veja o que aumentou de impostos nesta Nação. É Taxa Rodoviária Única, é Imposto Territorial Rural, é o Imposto de Renda que passou de 30 para 35 por cento, com mais 5 por cento de adicional. São as taxas de energia elétrica que aumentaram 103 por cento, de janeiro a dezembro de 79. É a gasolina, que aumentou 169 por cento neste ano de 79. Enfim, medidas tão somente para sufocar o povo. E agora Vossa Excelência colocou muito bem, com este "pacote" editado há 15 dias atrás foi um verdadeiro desastre, que foi um verdadeiro assalto à Nação brasileira.

O Sr. Lineu Turra — Só para complementar o meu raciocínio. E ainda veja o Governo que cria impostos, aumenta impostos, aumenta despesas, aumenta obrigações para o povo, quando este mesmo povo, o empresariado obrigado, pressionado pelas obrigações que se lhe são impostos, procura recuperar através de um melhor preço de seus produtos, das suas mercadorias, o Governo ameaça.

Por que é que o Governo não limpa a sua casa primeiro? Porque é que ele não procura, ao invés, ele provoca um aumento de impostos, toda uma situação de desespero ao povo, ao empresariado e ao povo em geral, porque é que ele não limpa sua casa, não vai criar obstáculos a esses atos que vêm justamente provocar o aumento de preços nas mercadorias?

Mas não, ao contrário. Ele provoca o aumento e vai ameaçar aqueles que, em consequência dos seus atos impensados, são obrigados a praticar outros.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Pois é, Deputado Lineu Turra, se nós analisarmos o "pacote" de 15 dias atrás, vemos que as medidas tomadas foram para beneficiar essencialmente as empresas multinacionais.

E, como bem disse Vossa Excelência, o escândalo do vazamento, do reajustamento de 30 por cento no dólar, onde as multinacionais deitaram e rolaram nesta Nação. Onde, quer me parecer, pelos dados já levantados, oficiosos, deve hoje já ser da ordem de mais de cinco bilhões de dólares o que as multinacionais transaram de moeda estrangeira nos últimos 10 dias antes da edição daquele pacote econômico.

E não vimos até agora o Governo sair a campo, colocar os instrumentos que na mão do autoritarismo, para tentar

levantar, através de uma investigação séria e denunciar à Nação e mostrar à Nação quem se beneficiou deste golpe. Mas hoje os jornais estão aí a dizer à eminência parda deste regime, Sr. Delfin Neto, que todo o comerciante que aumentar as suas mercadorias e repassar este aumento de alíquota do ICM será punido, irá se ver com a Justiça.

Ora. Isto é brincar com o empresariado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é brincar com o empresariado brasileiro. Porque às multinacionais se dá tudo, agora, para o empresariado nacional, esmagado por este Governo Central, este Governo mancomunado com as empresas multinacionais, não toma medida alguma contra elas, mas, com o empresariado pequeno brasileiro, este sofrido, este que dá o sustentáculo da nossa economia, porque as multinacionais são que nem aqueles mosquitos da Amazônia, que já vêm de seringinha pronta, sugam e levam para casa; o nosso empresariado brasileiro, este não, este fica aqui sofrendo as agruras e fazendo o engrandecimento desta Nação; a este, vêm com ameaças que prendem e que contra eles tomarão medidas drásticas, inclusive ameaçando-o de que, se não pagar os impostos corretamente, sofrerá fiscalizações severas e, se repassar através dos preços para o consumidor, irá sofrer sérias sanções.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado Darcy Deitos, primeiramente, permita-me parabenizar-me pelo pronunciamento com que Vossa Excelência brinda esta Casa, na tarde de hoje.

Evidentemente de nada adianta - e nisto quero discordar frontalmente da justificativa do projeto que ora se vota - quando uma autoridade governamental diz que a elevação dos níveis das alíquotas de ICM será de grande benefício para o Estado e para a Nação. Grande mentira. Porque o que interessa realmente ao Estado, aos Estados e municípios brasileiros, é, e não há outro remédio senão uma reforma tributária que atenda à realidade e à necessidade dos Estados e dos Municípios brasileiros. O que o Governo pretende através de Decretos e Resoluções, no que diz respeito a ICM e tributação municipal e do Estado, é uma verdadeira colcha de retalhos, e o pior é que o Governo sabe, tem pleno conhecimento, os seus órgãos sentem isto há 15 anos, que aquela Emenda de 65 criou distorções insanáveis no organismo tributário dos municípios e dos Estados; veio com isto como primeira consequência nefasta, acabar com o princípio federativo neste País e acabar também com o princípio municipalista neste País, porque o regime ditatorial que se instalou após 64, tem plena consciência de que uma maior liberdade tributária aos municípios e aos Estados lhe dará, conseqüentemente, maior liberdade e maior autonomia e maior liberdade política nas suas ações; e o Governo Centralista que está aí há 15 anos, não quer isto e, com esta sua vontade, está levando os municípios brasileiros à falência.

Isto, vimos dizendo e alertando as autoridades, há 15, 20 anos, mas o Governo ou é surdo ou não quer ouvir, ou não volta os seus olhos para as raízes dos problemas nacionais. Disse bem o Deputado Turra, que o Governo anuncia uma medida e faz exatamente o contrário. E é neste sentido que vem desgraçando os municípios brasileiros e também os Estados.

Então, de nada adianta soluções paliativas como esta que estamos votando, oriunda de uma Resolução do Senado Federal, o que interessa e o que deveria ser uma bandeira inclusive dos Estados, porque os Estados também vêm sofrendo porque nós aqui nesta Assembléia, quantas autorizações de empréstimos exteriores, autorizamos ao Governo, para fazer face às suas despesas, quando o Governo teria, principalmente um Estado como o Estado do Paraná, teria vida própria em termos tributários, para não precisar de empréstimos externos para fazer face às suas despesas mais urgentes.

É necessário, Deputado Darcy Deitos, que vozes como a de Vossa Excelência se levantem pelos Paramentos deste País, e

cobrem deste Governo e dos Governadores biônicos que aí estão, que pressionem o Governo Federal, para que eles façam uma Reforma Tributária que atenda realmente a necessidade dos municípios brasileiros e dos Estados desta Nação.

De nada adianta votarmos resoluções ou adaptações iguais a esta da Mensagem que solicita Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, porque isto, em termos de atendimento ao setor tributário do Estado e do município não passa de uma prescrição de aspirina para curar um mal que se chama câncer que vem corroendo a economia e as finanças do Estado, e portanto, da sociedade e do povo que habita os municípios, que habita esta cidade e esta Nação.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Nós que agradecemos o seu aparte brilhante, eminente Deputado Trajano Bastos.

Mas, Vossa Excelência coloca muito bem, o problema político da centralização de recursos na mão do Governo Central. Porque todos nós temos que lutar para uma reformulação tributária total e não ficar esta dependência dos municípios de chapéu na mão. E está aí o Governador deste Estado, General Ney Aminthas de Barros Braga, onde os jornais todos estão noticiando, se vangloriando de que o Partido dele será o maior Partido deste Estado.

Evidentemente o aliciamento campeia neste Estado com os Prefeitos do nosso Partido, mas coitados dos Prefeitos do nosso Partido! Os municípios falidos, máquinas sem poder andar, paradas, funcionários sem receber, evidentemente que ele se sacrifica politicamente para atender o seu povo.

É isto que nós queremos mudar, eminente Deputado Trajano Bastos. Chega deste cretinismo político, chega dos Prefeitos ficarem de espinhas dobradas ao poder, aos Governadores. E os Governadores, por sua vez, ficarem ajoelhados e sendo porta-vozes da Ditadura implantada nesta Nação.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Efetivamente o Governo continua vendo a coisa superficialmente. A realidade na rua, nos lares e no âmago de cada brasileiro, atesta o estado de quase explosão social. Quando sentimos o Regime e o Governo, inclusive o estadual, se vangloriar a não só desconhecer as esperanças, como ver o futuro realmente turvo e nebuloso. Em cima de ninharias e artificialismos, se fazem festas ora promovidas pelas Secretarias de Comunicação já implantadas, ora até por políticos preocupados em se posicionar bem ao lado do sistema e do Governo e do Executivo, na hora da reformulação partidária.

Como bem disse Vossa Excelência e principalmente para isto estou intervindo, a grande tristeza desses últimos dias é que com a máxima desvalorização do dólar, nós tivemos o atestado absoluto e definitivo de como há o comprometimento da alta direção deste País, com setores financeiros econômicos internacionais e, o que é mais grave, não há nenhuma idéia em andamento, nenhuma pretensão clara e efetiva de se tomar providências enérgicas e rigorosas contra este absurdo.

Agora, ilustre Deputado, nós estamos tendo conhecimento de que, por certeza, o prejuízo que o País teve só com o vazamento desta informação, foi em torno de hum milhão e trezentos mil dólares. Um valor que praticamente representa um pouco mais da metade de todo o custo que o Brasil terá... com a alimentação importada deste ano.

O SR. DARCY DEITOS — Três orçamentos do Estado do Paraná.

O Sr. Nelson Friedrich — Isto significa o prejuízo que o País teve só com o vazamento desta informação absolutamente descaracterizada por um pronunciamento obscuro em que o Presidente da República cai perante a grande platéia do País, e a Nação estarecida houve o pronunciamento, vê o Presidente falar, e quando termina ninguém quase entendeu nada,

porque tentou trancar, tentou atrapalhar mais do que bem informar, e mais confundiu do que esclareceu.

Porisso, realmente, com todo o período pré-natalino, com as expectativas de novo ano, nós, no íntimo sentimos, cada um, e por certo isto deve estar se passando até no íntimo dos homens do próprio Governo, nesta Casa e fora dela, que, do jeito que as coisas andam, com os Governantes que temos, não iremos longe.

E ontem tivemos a infeliz oportunidade de ouvir mais um pouco este edeólogo do entreguismo chamado Ministro Delfim Neto, porque conseguiu nos fazer saturar e desligar o aparelho de televisão, porque nós não podemos mais admitir, ilustre Deputado, que os homens que levaram ao enterro da economia nacional, agora se arrogam pretensões de salvadores da Pátria.

O Delfim é o mesmo de ontem, e será o mesmo no amanhã, tal é o seu comprometimento, tal é a sua linha de conduta e tal são os seus interesses e a sua vivência na vida econômica e financeira desta Nação.

Porisso, os cumprimentos a Vossa Excelência por trazer neste momento em que ninguém quer nada com nada, procurando acertar seus interesses mais de cunho pessoal-partidário.

No momento em que há essa reformulação que não reformula nada, mas acomoda situações de interesse de continuidade da ditadura, nós precisamos, assim mesmo, mesmo sem a audição, mas que fique registrado nos anais posições claras e objetivas, que não são com medidas paliativas, artificiais, superficiais, como esta que resolveremos o problema, ao contrário, isto aí sim, é enganar, como está se enganando o povo há tanto tempo, não sei até quando.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço o aparte, Deputado Nelson

Friedrich, mas Vossa Excelência coloca muito bem: não há necessidade de termos ouvintes, mas apenasmente para que esta discussão deste projeto, e tudo o que aqui se disse, para que ficasse registrado nos anais desta Casa, que continuaremos a lutar por uma reforma tributária total neste Estado e nesta Nação; continuaremos a lutar na trincheira da democracia, da liberdade e da justiça, que é a trincheira do MDB, e, amanhã, será o novo PMDB, e aqui continuaremos a fazer Oposição, até que um dia, neste Estado, votemos por um Governo eleito pelo povo e não um Governo nomeado pela ditadura implantada em 64.

E finalizo, Sr. Presidente, dizendo que sabemos que o Estado, para cumprir os seus programas de trabalho, tem que usar de medidas, inclusive estas de reajustamento de alíquotas impostas na vertical.

Mas, nenhuma medida é acertada, quando vem novamente trazer o achatamento do poder aquisitivo do povo, porque na realidade, ele é o grande pagador de todos os impostos e será ele que irá pagar o acréscimo das alíquotas que estaremos votando hoje, mas este mesmo povo, um dia, nesta Nação, haverá de fazer justiça, e haverá de fazer com que esta Nação seja livre, seja democrática e seja livre dos entreguistas que hoje comandam a nossa economia, como comanda esta eminência parda, Ministro Delfim Neto.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 200/79.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — Aprovado.

O Sr. Nelson Friedrich — (Pela ordem). Três votos contrários, Sr. Presidente.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 181/79), que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade

Estadual de Ponta Grossa, um terreno rural de propriedade do Estado, situado em Uvaranas, Município de Ponta Grossa, com área e demais características que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

Sobre o referido projeto, há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 207/79, por 15 (quinze) sessões.— Em votação.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Rosa Cleto Cartaxo, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi e Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Brunetti, ocorrido no Município de Iguaraçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final para o Projeto de Lei n.º 200/79.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo-lhe o imediato aproveitamento do prédio desapropriado da Companhia Estearina Paranaense S/A.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Segurança Pública, Diretor da Polícia Civil e ao Setor do Controle de Explosivos da 5a. Região Militar, encarecendo providências quanto aos problemas criados em Maringá, pela deflagração de uma guerra aberta entre grupos rivais de exploração do

“jogo do bicho”.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio ratificando pedido para extinção imediata da cota de contribuição (confisco cambial) incidente sobre as exportações de café.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela realização, em Realeza, de 14 a 16 do corrente, do 1.º Rodeio Crioulo Internacional.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República.— **Aprovado.**
O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

2 Srs. Deputados o aprovam;

7 Srs. Deputados o rejeitam.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima quinta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 199, 200 e 207/79.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 177/79.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 192 e 206/79.

Levanta-se a sessão.